

O ministro da Habitação e Urbanização, Prisco Viana, encaminhou ontem ao deputado Nilso Sguarezi (PMDB-PRO a relação de todos os deputados, senadores e prefeitos recebidos em audiência, bem como das liberações de verbas, na expectativa de que o deputado comprove suas

acusações de envolvimento de servidores do MHU, no favorecimento de empresas de intermediação

Na verdade, a primeira acusação de intermediação e corrupção na liberação de verbas públicas, cas veio do próprio Ministério da Habitação quando era ministro Deni Schwartz. Ele, Prisco Viana, garantiu então que todos os funcionários do ministério estavam proibidos de receber intermediadores para liberação de verbas em Estados e municípios. Hoje, Prisco Viana diz que a definição das prioridades nos pedidos e a realização de convênios estão centralizadas em suas mãos, e que é dever da oposição comprovar a denúncia. A Integra da resposta de Prisco é a seguinte:

"É dever da oposição fiscalizar e denunciar quando souber de irregularidades praticadas pelo governo. Também é dever da oposição fazer prova do que denuncia. Estou, portanto, interessado em conhecer as provas que o deputado Nilso Sguarezi, sobre o caso do Ministério da Habitação, por qualquer caso de servidores, na ação de intermediação de empresas. Até agora o deputado provou que uma empresa este oferecendo seus serviços a prefeitos, para encaminhar projetos e liberar recursos no ministério.

Na primeira semana de exercício do ministério, como dos meus primeiros atos, emiti instruções escritas ao secretário-geral, pedindo que as transmitisse a todos os setores do ministério, proibindo qualquer tipo de intermediação, salvo a que é feita legitimamente pelos deputados e senadores para isso eleitos pelo povo.

Nos primeiros sessenta dias no cargo recebi em audiência 1.140 pessoas, das quais, 20 governadores, 11 ministros, 296 deputados federais e 11 estaduais, 41 senadores e 287 prefeitos municipais. A todos disse que não contratasse a intermediação de seus interesses no MHU, que deviam ser tratados diretamente com o ministro. Os deputados, senadores e prefeitos podem depor a esse

Corrupção no MHU?

Prisco desafia a oposição a provar.

respeito.

Estabelecemos como norma de trabalho que nenhum pedido de recursos para obras nos Estados ou municípios iniciara sua tramitação sem antes passar pelo ministro, que tem pessoalmente encaminhado os pedidos ao exame técnico e financeiro.

É o ministro quem autoriza a elaboração dos convênios e, quando assinados, sua liberação. Os recursos liberados chegam aos beneficiários pelo Banco do Brasil. O exame desses projetos está centralizado no gabinete do secretário-geral. Essas instruções foram divulgadas na imprensa, pelo rádio e televisão, como se poderá demonstrar. Se antes existiu — e não sei se existiu — hoje não existe interferência dessas empresas em qualquer fase da tramitação desses processos.

O comportamento adotado corresponde à formação moral do ministro e à diretriz de austeridade e de correção na condução da administração traçada pelo presidente da República a todos os seus ministros.

Sem prejuízo do meu comparecimento a qualquer comissão do Congresso, estou enviando ao deputado autor da denúncia a relação nominal dos deputados, senadores e prefeitos que recebi em audiência, bem assim das liberações feitas, para facilitar-lhe o trabalho de apuração que, imagino, deva ser do seu interesse, e para que lhes pergunte sobre qual tem sido o procedimento do ministério."

Em Salvador, ontem, o ministro praticamente repetiu, em entrevista, o teor de sua resposta a Sguarezi, acrescentando estar "interessado em saber quem está pagando e quem está concordando com o pagamento de comissão".

Prisco assegurou que gostaria que algum pré-dio fizesse a denúncia, "comprovando-a, porque a oposição costuma muito denunciar e nada provar". Indagado se a prática de intermediação seria tão comum em seu ministério, antes de sua posse, ao ponto de ele ter expedido uma circular uterna, proibindo essa prática, Prisco desconverteu: "Não sei. Emitei a circular para estabelecer uma diretriz. Aliás, essa minha posição é pública, e jornais já a publicaram... Eu declarei que não teitá-la, não permitiria qualquer tipo de intermediação. Agora, se o deputado conseguir provar..."